

Blecautes e a urgência da adaptação climática

Os blecautes que têm acontecido em São Paulo na sequência de tempestades e ventanias evidenciam a necessidade de medidas de adaptação às mudanças climáticas. Por exemplo, a qualidade da prestação do serviço seria muito melhor se a rede elétrica fosse subterrânea. Sou testemunha disso: moro no Rio, em Copacabana, onde a rede foi enterrada décadas atrás, e não me lembro de um único blecaute nos últimos 6 anos.

O leitor talvez ache que a ENEL poderia gerenciar melhor a rede aérea existente, particularmente na poda de árvores, em articulação com a administração municipal. Talvez tenha razão. Não tenho suficiente conhecimento para opinar. Poderá também achar que a ENEL não tem interesse em enterrar a rede. Suponho que não seja esse o caso porque careceria de lógica econômica: qualquer concessionária de distribuição tem interesse em fazer investimentos para receber a respectiva remuneração pelo capital alocado, como se fosse o aluguel de um imóvel.

Por óbvio, são os consumidores que pagam esse “aluguel” embutido em suas contas de luz. Ou seja, a amortização e a remuneração do capital investido em ativos reconhecidos regulatoriamente são repassados para os consumidores via tarifas. Por isso o enterramento de toda a fiação seria inviável: as contas de luz ficariam incompatíveis com o nível de renda da população (os 20% mais ricos têm renda mensal de R\$3500). Ou seja, o principal problema é social e econômico, não técnico.

OK, toda fiação não pode ser enterrada. Mas... e se a providência fosse tomada só nos bairros em que a população, em busca de um serviço de melhor qualidade, decidisse numa consulta por pagar bem mais pela eletricidade e tolerar obras que inescapavelmente atrapalhariam o trânsito?

A hipotética consulta seria elitista porque só a população de bairros ricos teria condições de responder positivamente. Porém, é preciso reconhecer que o elitismo já é a prática corrente. Nos bairros melhor urbanizados, onde moram pessoas de maior influência política, o serviço tende a ser de melhor qualidade do que nos bairros pobres. Mas toda a população, não importa o bairro, paga a mesma tarifa, sem que a qualidade do serviço influencie de forma relevante a conta de luz. Para um mesmo consumo, eu pago uma conta de luz quase igual a de um morador da Baixada Fluminense que sofre falhas elétricas que não me atingem. Na prática, os pobres subsidiam os ricos.

O Decreto nº 12.068/2024 permite que a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aplique tarifas diferenciadas por áreas ou bairros, mencionando explicitamente os locais onde haja dificuldade de combate às perdas não técnicas (os “gatos”) e altos índices de inadimplência. Acredito que o decreto também permita o aumento tarifário em áreas onde se faça substancial investimento na rede subterrânea. Ou seja, a diferenciação tarifária pode ser aplicada tanto nos bairros problemáticos quanto nos que sejam privilegiados com um serviço de melhor qualidade.

A aplicação prática dessa diferenciação depende de regulamentação da ANEEL. A Agência está realizando consultas públicas para definir os critérios de como essas tarifas serão calculadas e em quais situações poderão ser aplicadas. Nesse meio tempo, é torcer para que o Congresso desista da tentativa em andamento de derrubar o Decreto.

economia

Blecautes e a urgência da adaptação climática

Serviço de energia em SP seria muito melhor se a rede fosse subterrânea

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Os blecautes que têm acontecido em São Paulo na sequência de tempestades e ventanias evidenciam a necessidade de medidas de adaptação às mudanças climáticas. Por exemplo, a qualidade da prestação do serviço seria muito melhor se a rede elétrica fosse subterrânea. Sou testemunha disso: moro no Rio, em Copacabana, onde a rede foi enterrada décadas atrás, e não me lembro de um único blecaute nos últimos seis anos.

O leitor talvez ache que a Enel poderia gerenciar melhor a rede aérea existente, particularmente na poda de árvores, em articulação com a administração municipal. Talvez tenha razão. Não tenho suficiente conhecimento para opinar. Poderá também achar que a Enel não tem interesse em enterrar a rede. Suponho que não seja esse o caso, porque careceria de lógica econômica: qualquer concessionária de distribuição tem interesse em fazer investimentos para receber a respectiva remuneração pelo capital alocado, como se fosse o aluguel de um imóvel.

Por óbvio, são os consumidores que pagam esse "aluguel" embutido em suas contas de luz. Ou seja, a amortização e a remuneração do capital investido em ativos reconhecidos regulatoriamente são repassados para os consumidores via tarifas. Por isso o enterramento de toda a fiação seria inviável: as contas de luz ficariam incompatíveis com o nível de renda da população (os 20% mais ricos têm renda mensal de R\$ 3.500). Ou seja, o principal problema é social e econômico, não técnico.

Ok, toda fiação não pode ser enterrada. Mas... e se a provi- dência fosse tomada só nos bairros em que a população, em busca de um serviço de melhor qualidade, decidisse numa consulta por pagar bem mais pela eletricidade e tolerar obras que inescapavelmente atrapalhariam o trânsito?

A hipotética consulta seria elitista porque só a população de bairros ricos teria condições de responder positivamente. Porém, é preciso reconhecer que o elitismo já é a prática corrente. Nos bairros melhor urbanizados, onde moram pessoas de maior influência política, o serviço tende a ser de melhor qualidade do que nos bairros pobres. Mas toda a população, não importa o bairro, paga a mesma tarifa, sem que a qualidade do serviço influencie de forma relevante a conta de luz. Para um mesmo consumo, eu pago uma conta de luz quase igual a de um morador da Baixada Fluminense que sofre falhas elétricas que não me atingem. Na prática, os pobres subsidiam os ricos.

O decreto nº 12.068/2024 permite que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aplique tarifas diferenciadas por áreas ou bairros, mencionando explicitamente os locais onde haja dificuldade de combate às perdas não técnicas (os "gatos") e altos índices de inadimplência. Acredito que o decreto também permita o aumento tarifário em áreas onde se faça substancial investimento na rede subterrânea. Ou seja, a diferenciação tarifária pode ser aplicada tanto nos bairros problemáticos quanto nos que sejam privilegiados com um serviço de melhor qualidade.

A aplicação prática dessa diferenciação depende de regulamentação da Aneel. A Agência está realizando consultas públicas para definir os critérios de como essas tarifas serão calculadas e em quais situações poderão ser aplicadas.

Nesse meio tempo, é torcer para que o Congresso desista da tentativa em andamento de derrubar o decreto.

A amortização e a remuneração do capital investido são repassados via tarifas. Por isso o enterramento de toda a fiação seria inviável; ou seja, o principal problema é social e econômico, não técnico

Mesmo com chuvas abaixo da média, conta de luz terá bandeira verde em janeiro

Nível de reservatórios foi mantido e não será necessário uso de termelétricas na mesma quantidade do mês anterior, segundo Aneel

BRASÍLIA A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) vai aplicar a bandeira verde na conta de luz em janeiro. Com isso, o ano começará sem taxa extra no consumo de energia após oito meses de cobranças adicionais.

Segundo a agência, as chuvas ainda estão abaixo da média histórica. Apesar disso, em novembro e dezembro houve no país uma manutenção do volume de precipitação e do nível dos reservatórios das hidrelétricas.

"Em janeiro de 2026, não será necessário despachar as usinas termelétricas na mesma quantidade do mês anterior, o que evita a cobrança de custos adicionais", diz a autarquia, em nota.

A última vez em que a bandeira verde havia sido aplicada foi em abril deste ano. Desde então, as cores vinham oscilando entre amarela e vermelha (nos patamares 1 e 2). A chegada do período chuvoso, entre o fim de um ano

e o começo do seguinte, costuma dar alívio ao cenário. O sistema de bandeiras tarifárias na luz, que permite repassar todos os meses aos consumidores os maiores custos do país com a geração de energia, completou dez anos de implementação em 2025.

O mecanismo faz com que preços maiores para gerar energia, sobretudo pelo menor volume de água nas hidrelétricas, sejam transmitidos de forma imediata às famílias para que, informadas do maior custo, consumam de maneira mais consciente.

Antes, o repasse era feito de maneira defasada no reajuste

R\$ 4,46 a cada 100 kWh

Foi quanto o consumidor pagou a mais na conta de luz em novembro

anual das tarifas – o que poderia, sem moderação no uso da luz, impulsionar ainda mais o acerto de contas. O responsável por escolher a bandeira tarifária mensalmente é a Aneel. É aplicada uma cobrança a depender da cor (verde, amarela, vermelha patamar 1 ou vermelha patamar 2).

A definição usa diferentes variáveis, sendo a principal o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) – indicador que leva em conta o valor da geração de energia e é influenciado principalmente pelas condições dos reservatórios das hidrelétricas e pela necessidade de acionar termelétricas, o que gera custos adicionais.

Apesar de ser interpretado como um avanço relevante, o mecanismo das bandeiras tarifárias passou a ser visto nos últimos anos pelo setor elétrico como ultrapassado e é alvo de cobranças para que seja aperfeiçoado ou até mesmo substituído. Fábio Pupo

FUGA DE EMPRESAS

União Europeia amplia compensações por custo para cumprir regras de emissões

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

REUTERS A Comissão Europeia permitirá que mais indústrias de uso intensivo de energia recebam compensações por causa dos custos de cumprimento das regras de emissões da União Europeia, informou o órgão nesta terça-feira (23), em uma tentativa de evitar que empresas transfiram suas operações para fora do bloco.

Sob pressão de setores industriais, a UE vem, de forma mais ampla, flexibilizando o peso da legislação voltada ao combate às mudanças climáticas para garantir a competitividade das empresas europeias. As mudanças afrouxam regras sobre a chamada ajuda estatal, que autoriza os países do bloco a compensar indústrias pelo aumento das contas de energia devido ao custo adicional da geração de eletricidade associado aos preços do carbono.

Segundo a Comissão, as novas diretrizes devem evitar o chamado "vazamento de carbono", fenômeno que ocorre quando empresas deslocam a produção para países fora da UE com restrições ambientais mais brandas ou quando produtos europeus são substituídos por importações mais intensivas em emissões. A lista dos setores para a compensação foi ampliada para incluir 20 novos segmentos.

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES

EXTRATO - AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 0000001 - Nº PROC. ADM. 1595/2025

Torna-se público para conhecimento dos interessados que o órgão CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES, de acordo com a regulamentação, realizará CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL. PUBLICAÇÃO: 19/12/2025 16:33. INÍCIO REC. PROPOSTA: 22/12/2025 09:00. FIM REC. PROPOSTA: 20/01/2026 08:00. INÍCIO DISPUTA: 20/01/2026 09:00 | TIPO DE LANCE: MENOR LANCE. TIPO ENCHERRAMENTO: ABERTO | EXCLUSIVO ME: NÃO |

Compradora: 925256 - Número da Licitação: 00130/2025. Qualquer dúvida ou esclarecimento adicional poderá ser obtido através do e-mail: licitacoes@camara-bjdosperdoses.gov.br

Campanas, 23 de dezembro de 2025.

FABIO ALVES CREMOSO - Diretor de Compras e Licitações - FUMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na Fundação Municipal para Educação Comunitária, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal de Compras do Brasil (portal.compras.gov.br) e no www.fumec.sp.gov.br, o Pregão Eletrônico nº 30/2025, Interessadas: Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC), Prefeitura Municipal de Campinas, para aquisição de conta de carne-seina congelada (C) com o tipo de entrega em taxa e o registro em lote. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL: 24/12/2025. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/01/2026 - 09:00 h. Unidade Compradora: 925256 - Número da Licitação: 00130/2025**

Campanas, 23 de dezembro de 2025.

FABIO ALVES CREMOSO - Diretor de Compras e Licitações - FUMEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025 - PROCESSO Nº 104/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, VALVULAS, RODAS E PROTETORES, PARA ATENDIMENTO DA FROTA VEICULAR PERTENCENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Abertura das propostas: às 09h00 do dia 16/01/2026. Disputa: 09h00 do dia 16/01/2026. Local: Plataforma BLL. O edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.fartura.sp.gov.br

Fartura, 23 de dezembro de 2025.

Luiz Marcos de Souza - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

RESUMO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19550/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/2025

Objeto: Registro de Preços para contratação de serviço de residência terapêutica e moradia assistida para atendimento a mandados judiciais.

DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/02/2026 às 09h00.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19650/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 164/2025

Objeto: Registro de Preços para aquisição de insumos destinados à revitalização e manutenção de campos de futebol e quadras de areia/batch tennis.

DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/02/2026 às 09h00.

Os editais poderão ser consultados gratuitamente no portal eletrônico www.gov.br/compras e no site www.valinhos.sp.gov.br.

RICARDO JOSÉ PIRES CORREIA

Secretário de Licitações